

Parecer n.º 288/2012

Data: 2012.09.18

Processo n.º 337/2012

Entidade consulente: Diretor do Centro Distrital de Viana do Castelo do Instituto da Segurança Social, I.P.

I - Factos e pedido

1. Manuela Alexandra Fernandes Rocha Moreira dirigiu ao Diretor do Centro Distrital de Viana do Castelo do Instituto da Segurança Social, I.P. o seguinte pedido:
“Na qualidade de entidade empregadora de Maria João Amorim Arieira Viana [...] beneficiária da segurança social [...] e no seguimento da minha anterior exposição e pedido de fiscalização do cumprimento das obrigações decorrentes do certificado de incapacidade temporária pela mesma apresentada, venho, por este meio, solicitar parecer ou conclusão da fiscalização verificada a fim de ser apresentada em audiência no Tribunal de Trabalho”.
2. A entidade requerida solicitou o parecer da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA) sobre a possibilidade de facultar o acesso.
Referiu que a requerente, entidade empregadora, solicitou a fiscalização de Maria Viana por suspeita de baixa fraudulenta, o que deu lugar a procedimento de averiguações, concluído com despacho de arquivamento.
Nesse procedimento estava em causa o apuramento das circunstâncias em que Maria Viana, em determinada data, se ausentou do seu domicílio durante o período de incapacidade que lhe havia sido fixado; situação que foi justificada por Maria Viana.
3. Posteriormente, a entidade requerida remeteu à CADA cópia do pedido de fiscalização apresentado pela requerente.
4. Contactada pela CADA, a requerente juntou ao processo documento comprovativo¹ de que junto do Tribunal do Trabalho de Viana do Castelo corre termos o Processo 486/12.0TTVCT, em que são identificadas como autora Maria Vieira e como ré a requerente.

II - Apreciação jurídica

1. A entidade consulente está sujeita à Lei n.º 46/2007, de 24 de agosto, Lei do Acesso aos Documentos Administrativos (LADA), alínea c), n.º 1, artigo 4.º.
Serão deste diploma legal os preceitos normativos doravante mencionados sem qualquer outra referência.

¹ Citação.

2. O regime geral de acesso aos documentos administrativos consta do artigo 5.º nos termos do qual “[t]odos, *sem necessidade de enunciar qualquer interesse, têm direito de acesso aos documentos administrativos, o qual compreende os direitos de consulta, de reprodução e de informação sobre a sua existência e conteúdo.*”

A LADA considera documento administrativo qualquer suporte de informação sob forma escrita, visual, sonora, eletrónica ou outra forma material, na posse dos órgãos e entidades referidos no artigo 4.º, ou detidos em seu nome, artigo 3.º, n.º 1, alínea a).

Como refere o Acórdão n.º 0758/11 do Supremo Tribunal Administrativo, de 31 de agosto de 2011, “[p]ara que um documento seja considerado «documento administrativo» para efeitos da alínea a) do n.º 1 do referido art. 3.º daquela Lei, não se exige que ele esteja conexionado com alguma das actividades administrativas, bastando que esteja na posse dos órgãos e entidades referidos no artigo seguinte, ou detidos em seu nome”.

Nestes termos, o acesso àquele tipo de documentos é livre e generalizado, sem que haja necessidade de apresentar qualquer justificação ou fundamentação.

O artigo 6.º identifica algumas restrições ao direito de livre acesso:

- Quando se trate de documentos nominativos (n.º 5);
- Quando contenham segredos de empresa (n.º 6);
- Quando haja razões para diferir ou indeferir o acesso (n.º s 1, 2, 3, e 4).

O direito de acesso à informação está, ainda, sujeito a limites ou restrições, para salvaguarda de outros bens constitucionalmente tutelados e de direitos que com ele entrem em colisão, nomeadamente referentes à dignidade da pessoa humana, direitos das pessoas à integridade moral, ao bom nome e reputação, à palavra, à imagem².

3. São de classificar como documentos nominativos, por exemplo, os que revelem informação de saúde, da vida sexual, de convicções ou filiações filosóficas, políticas, religiosas, partidárias ou sindicais.

Os documentos nominativos são comunicados, mediante requerimento, ao titular da informação neles vertida.

Um terceiro só tem direito de acesso a documentos nominativos se estiver munido de autorização escrita da pessoa a quem os dados digam respeito ou demonstrar interesse direto, pessoal e legítimo suficientemente relevante segundo o princípio da proporcionalidade (artigo 6.º, n.º 5).

² Cfr. J.J. Gomes Canotilho/Vital Moreira, Constituição da República Portuguesa Anotada, 4.ª Edição, Volume I, Coimbra, 2007, pp. 573-574; Jorge Miranda/Rui Medeiros, Constituição Portuguesa Anotada, Tomo I, Coimbra, 2005, p. 430.

Os documentos sujeitos a restrições de acesso “*são objecto de comunicação parcial sempre que seja possível expurgar a informação relativa à matéria reservada*” (artigo 6.º, n.º 7).

4. Está em causa o acesso ao documento de que conste a decisão (“*parecer ou conclusão da fiscalização*”) tomada pela entidade consulente no âmbito do procedimento de averiguações (concluído) aberto na sequência de denúncia apresentada pela requerente, relacionada com a ausência de Maria Viana do seu domicílio durante período de incapacidade que fora fixado.

5. Não está em causa o acesso a todo o procedimento de averiguações, mas apenas ao documento no qual se encontra vertida a decisão respeitante ao mesmo.

Desconhecemos, por não ter sido junto ao processo, o teor do documento requerido e se do mesmo consta, ou não, qualquer informação reservada, respeitante à intimidade da vida privada de Maria Viana.

Como resulta dos factos, entre a requerente e Maria Viana existe uma situação de conflito, a qual deu origem ao mencionado procedimento de averiguações e a processo judicial que corre termos no Tribunal de Trabalho de Viana do Castelo

E o pedido de acesso foi fundamentado no facto de a requerente pretender a informação solicitada para instrução do referido processo judicial, em que é ré.

6. Assim sendo, deve ser facultado à requerente o documento solicitado; ainda que do mesmo conste informação reservada, entende-se que a requerente alega e demonstra interesse direto, pessoal e legítimo no acesso.

7. Conforme dispõe o artigo 8.º, n.º 2, “*os documentos nominativos comunicados a terceiros não podem ser utilizados para fins diversos dos que determinam o acesso, sob pena de responsabilidade por perdas e danos, nos termos legais*”.

Na situação em apreço, o fim que determina o acesso é a instrução de processo judicial.

III - Conclusão

Face ao exposto, deve a entidade consulente facultar o acesso à requerida decisão, respeitante a procedimento de averiguações.

Comunique-se.

Lisboa, 18 de setembro de 2012

Artur Trindade (Relator) - David Duarte - Maria Eduarda Azevedo - Paulo Moura Pinheiro - Antero Rôlo - Renato Gonçalves - João Perry da Câmara - António José Pimpão (Presidente)